



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hEorpa
Evropski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Europos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropskí parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

RESPOSTAS DO PARLAMENTO EUROPEU AO RELATÓRIO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

ADOTADAS PELA MESA DO PARLAMENTO EUROPEU EM 6 DE JUNHO DE 2022

«INSTITUIÇÕES DA UE E COVID-19: RESPOSTA RÁPIDA, OUTROS DESAFIOS COM
VISTA A TIRAR O MELHOR PARTIDO DA INOVAÇÃO E DA FLEXIBILIDADE
DECORRENTES DA CRISE»

OBSERVAÇÕES

As instituições conseguiram minimizar as perturbações das suas atividades principais

As instituições cumpriram o seu dever de diligência em relação ao pessoal e mantiveram a sua capacidade de trabalho

N.º 43. Os centros de rastreio do Parlamento, disponíveis a partir de setembro de 2020, foram fundamentais para assegurar a continuidade das atividades do Parlamento graças a um rastreio escrupuloso e à limitação das contaminações a nível interno, bem como para permitir aos deputados e o pessoal viajarem, apesar das limitações de viagem existentes.

Começou a avaliação da eficiência das novas formas de trabalho num ambiente pós-crise

A avaliação está mais avançada para as atividades principais do que para os serviços de apoio

N.º 78. O PE realizou dois inquéritos ao pessoal, um em junho e outro em novembro de 2020. Ambos os inquéritos revelaram que, após a pandemia, o pessoal esperava que se recorresse de forma mais generalizada ao teletrabalho.

Os impactos orçamentais e ambientais dos novos regimes de trabalho não são avaliados de forma coerente em todas as instituições

N.º 92. O Parlamento realizou várias análises sobre o impacto das medidas relativas à COVID-19 no desempenho ambiental, nomeadamente análises preliminares no final de 2020, e uma discriminação pormenorizada no âmbito da comunicação regular de informações ambientais em 2021. De todas as instituições da UE, o Parlamento foi a primeira a analisar os impactos ambientais (custos e benefícios) do teletrabalho e a incluí-los nos seus principais indicadores de desempenho ambiental.

A estratégia a Médio Prazo do EMAS e a análise do desempenho e dos objetivos ambientais também revelaram os impactos das medidas relacionadas com a pandemia, bem como os potenciais benefícios a longo prazo decorrentes da prossecução de algumas das práticas desenvolvidas em resposta à pandemia.

N.º 93. A redução do número de deslocações em serviço dos intérpretes e de outros membros do pessoal repercutiu-se muito favoravelmente sobre o desempenho ambiental do Parlamento, em especial sobre a sua pegada de carbono. O transporte de pessoas (nomeadamente as deslocações diárias entre o domicílio e o local de trabalho, as deslocações em serviço, o transporte de deputados e o transporte de visitantes subsidiados) representou mais de 60 % da totalidade da pegada de carbono do Parlamento nos anos que precederam a pandemia de COVID-19. Em 2020, este número baixou, passando a representar 33 % da pegada de carbono, que, por sua vez, era quase 50 % inferior à de 2019.

Com o intuito de manter estes impactos positivos, foram lançadas várias atividades que visam reduzir as emissões provenientes do transporte de pessoas após a COVID-19, tais como a adoção do Quadro de Execução Estratégica 2022-2024, com um capítulo sobre a transformação ecológica, nomeadamente 17 projetos para melhorar o desempenho ambiental e o Plano de Ação EMAS 2022, bem como uma análise das lacunas e de possíveis ações com vista à consecução dos objetivos para 2024.

A análise das lacunas e as possíveis atividades estão atualmente a ser alvo de um acompanhamento a diferentes níveis, nomeadamente pela Mesa.

O Parlamento Europeu já é neutro do ponto de vista das emissões de carbono desde 2016, uma vez que compensa as suas emissões inevitáveis, ao abrigo de uma decisão da Mesa de outubro de 2015.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Recomendação 1 – Incluir uma perturbação de longa duração e a cooperação interinstitucional no plano de continuidade das atividades:

O Parlamento aceita a recomendação do Tribunal.

O Parlamento criou um novo Grupo Diretor Inter-DG sobre a Resiliência Organizacional. A sua missão principal consiste em promover a análise das ameaças e a deteção dos riscos. Serão analisados diferentes tipos de possíveis perturbações, incluindo perturbações de longa duração. Os planos de continuidade das atividades, aos níveis das direções-gerais e da instituição, serão enriquecidos em conformidade.

A cooperação interinstitucional que teve lugar regularmente a todos os níveis durante a crise da COVID-19 será prosseguida e mais formalizada, sempre que tal for considerado eficaz. Será dada especial atenção à definição de disposições e acordos práticos de continuidade das atividades, sempre que pertinente, que permitam uma resposta coordenada às crises que afetem várias ou todas as instituições da União.

Recomendação 2 – Desenvolver mais a digitalização dos serviços administrativos

O Parlamento aceita a recomendação do Tribunal.

Este objetivo faz parte do Quadro de Execução Estratégica 2022-2024 do Secretário-Geral e da sua estratégia de transformação digital 2024 para o Parlamento.

Os programas «Transformação digital para fluxos de trabalho eficientes» e «Local de trabalho produtivo» incluem no total 12 projetos iniciados em 2021 e 2022, cada um dos quais visa uma maior digitalização dos processos administrativos e legislativos do Parlamento. O aumento da digitalização dos contratos públicos, incluindo as faturas eletrónicas, e de todos os fluxos de trabalho, incluindo as assinaturas eletrónicas, será levado a cabo nesse quadro.

O Parlamento tenciona começar a utilizar a assinatura eletrónica qualificada ainda durante o ano de 2022. O Parlamento criou um grupo de trabalho para promover ainda mais a utilização da plataforma eInvoicing.

Recomendação 3 – Avaliar a adequação das novas formas de trabalho no ambiente pós-COVID-19

O Parlamento aceita as recomendações do Tribunal.

O Parlamento dispõe de um sistema sofisticado para recolher indicadores das suas atividades principais. Estes indicadores já são utilizados e serão aperfeiçoados para medir a qualidade e a eficiência das reuniões híbridas e do teletrabalho.

O Parlamento iniciou as deliberações sobre a utilização do seu espaço de escritórios num cenário pós-COVID.

O Parlamento monitoriza os impactos ambientais de todas as suas atividades, o que inclui especificamente uma análise do impacto do teletrabalho, no âmbito da sua monitorização dos principais indicadores de desempenho ambiental.